



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA	
Entrada nº:	14
Data:	15.01.2018

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

15.01.2018

ASSUNTO: Proposta n.º 747-P/2017

«Reconhecer o Interesse Público Municipal na Regularização das Instalações do Requerente António Mateus Jorge».

Considerando que apesar de no segmento final da **Proposta n.º 747-P/2017** ser corretamente solicitada a competente submissão à apreciação da Assembleia Municipal o Reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das Instalações do Requerente António Mateus Jorge, por lapso, o ofício tendente ao respetivo agendamento na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 6 de novembro de 2017 aludia, erradamente, à Exploração Pecuária do Requerente Manuel António Inácio & Filhos Lda., lapso material, que motivou a retirada da Proposta para análise da Comissão Especializada de Planeamento, Gestão do Território e Ambiente (conforme informação dos serviços, cuja cópia agora se anexa e dá como integralmente reproduzida).

Assim, solicito a V. Ex.^a o reagendamento da **Proposta n.º 747-P/2017**, para deliberação da Assembleia Municipal, com vista ao **Reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das Instalações do Requerente António Mateus Jorge**, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt



Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Dr. Basílio Horta

Por lapso, na epígrafe do ofício enviado ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no âmbito da Proposta nº 747-P/2017, consta: "Reconhecer como Relevante Interesse Público Municipal a regularização da Exploração Pecuária do Requerente Manuel António Inácio & Filhos Lda.".

Ora, a Proposta em causa reporta-se, isso sim, (e tal como resulta demonstrado por todos os respetivos elementos documentais), ao reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das Instalações do Requerente António Mateus Jorge.

Assim, e na sequência das dúvidas suscitadas pela Exma. Senhora Deputada Municipal, Maria Helena Lemos Oliveira e Carmo, no decorrer da Sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 6 de novembro de 2017, importa informar o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do lapso acima referido, o qual se solicita que seja relevado, corrigindo-se, para todos os efeitos, a epígrafe do ofício referente à Proposta n.º 747-P/2017, passando tal epígrafe a ter a seguinte redação: "Reconhecer o Interesse Público Municipal na Regularização das Instalações do Requerente António Mateus Jorge".

À superior consideração de V. Exª.

A Coordenadora do GAOM


Helena Saraiva



PAFRAÇÃO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

7

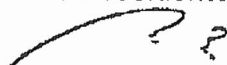
Nos termos do Art.º 57.º, n.º3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária 12-09-2017**.

Proposta nº 747-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 12 de setembro de 2017.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora



Helena Saraiva





PROPOSTA N.º 747-P / 2017

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que o requerente **ANTÓNIO MATEUS JORGE** solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das suas instalações sitas na Rua Visconde D'Asseca, Maceira, no prédio urbano descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, sob o número 467 e inscrito na matriz sob o artigo

Reunião de

12 SET. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 7



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



1624, de Montelavar, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho nº 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM e GPDM pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão do requerente;


Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações do requerente ANTÓNIO MATEUS JORGE, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Paços do Concelho de Sintra, 22 de 08 de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta

Reunião de

12 SET. 2017



PATIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

Doctº Agendado com o
Nº 7

Assunto: CT/5/2016/IM - Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, no âmbito da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro - António Mateus Jorge.

<p>Parecer: <i>concordo.</i> <i>A consideração do T.A.M. =</i> <i>Senhor Presidente.</i></p> <p>A Diretora do Departamento de Gestão do Território</p> <p><i>(Lina Catarino)</i> <i>20/08/18</i></p>	<p>Despacho:</p> <p><i>P. = e.</i> <i>12/22/08/18</i> <i>Basilio Horta</i> <i>Presidente</i></p>
---	--

De: Helga Boal Ventura - DGT

Para: Exma. Senhora Diretora do Departamento de Gestão do Território, Arqta. Lina Catarino.

Em 04.01.2016, veio **António Mateus Jorge** instruir, junto dos serviços municipais, um pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização das instalações industriais afetas à atividade de fabricação de artigos de mármore e rochas similares, autuado sob o processo CT/5/2016, sitas na Rua Visconde d'Asseca, em Maceira, Montelavar, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.

Reunião de
12 SET. 2017

Do Enquadramento Legal da Pretensão

Doctº Agendado com o
Nº 7

O Decreto - Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, atenta a impossibilidade de regularização ou licenciamento das alterações pretendidas e a consequente impossibilidade de melhoria do seu desempenho ambiental, bem como da limitação de projetos de investimento e criação de emprego, aprovou o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos** e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Regime Jurídico que visa criar um mecanismo que permita avaliar a regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou



de exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

E que é, também, aplicável aos estabelecimentos e explorações sem título válido de instalação ou exploração ou exercício de atividade, incluindo os desconformes com os Instrumentos de Gestão Territorial vinculativos dos particulares, ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, ainda, estabelecimentos e explorações com título válido cujas alterações ou ampliações não sejam compatíveis com os supra mencionados IGT(s) ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

São requisitos de aplicação do presente regime, o exercício da atividade por um período mínimo de dois anos ou estando a atividade suspensa, ter a suspensão ocorrido há menos de um ano, com exceção das situações em que a suspensão foi autorizada pela entidade licenciadora, por um período máximo de três anos.

O pedido de regularização das atividades económicas objeto do presente diploma deve ser instruído com Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do preceituado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público municipal, deve ser instruído pelo interessado, que deve juntar os elementos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 4 e nas alíneas a) a c), g) a i) e n) do n.º 5 do artigo 5.º do diploma *sun judice*, sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

Reunião de

12 SET, 2017

Do Pedido

Doctº Agendado com o
Nº 7

O requerente deu entrada do pedido para Declaração de Interesse Público Municipal, com vista à regularização e licenciamento das instalações industriais destinada à fabricação de artigos de mármore e rochas similares, sitas na Rua Visconde d'Asseca, em Maceira, Montelavar, no prédio urbano, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, sob o número 467 e inscrito na matriz predial sob o artigo 1624, da freguesia de Montelavar, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar.



A atividade principal desenvolvida integra as indústrias transformadoras - Tipo III e está classificada no Grupo 237, Classe 2370, Subclasse 23701 do CAE-Rev.3.

As instalações industriais estão localizadas num terreno com a área de 5.668,00m, em Classes de Espaço Urbano e Agrícola de Nível 1 e de Nível 2, na Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Sintra. O terreno está, ainda, em área abrangida pela servidão da linha de média tensão e de servidão aeronáutica militar da Base Aérea n.º 1.

Nos termos das disposições dos artigos 25.º e 31.º do Regulamento do PDM, o estabelecimento industrial não cumpre, designadamente, o uso do espaço previsto na classe de espaço agrícola, o índice máximo de ocupação, o índice máximo de construção e superfície mínima da parcela do terreno para construção.

Realizada a conferência de serviços, ao abrigo do Despacho n.º 9-P/2015, de 21 de janeiro, em 17.07.2017, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido “(...) parecer favorável, de acordo com as informações técnicas em anexo.”

O requerente instruiu o seu pedido com os elementos previstos no n.º 4 DO ARTIGO 5.º do Decreto-Lei N.º 165/2014 no Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG e, ainda, os previstos no n.º 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

O estabelecimento que se pretende legalizar está em atividade desde 2000, possui, atualmente, 2 postos de trabalho, não referindo a previsãoda criação de novos postos de trabalho.

A faturação da empresa em 2012 foi de € 16.867,00, em 2013 de € 14.867,10 e em 2014 de € 16.329,26.

Em relação a uma deslocalização ou desativação da empresa foram referidas, de forma sumária, as dificuldades dessa deslocalização com um valor de € 1. 442.580,04 e a desativação com um custo de € 72.363,00.

No que concerne ao impacto ambiental a empresa não apresenta certificações que permitam verificar o cumprimento dos requisitos ambientais necessários e legalmente previstos para o desenvolvimento da sua atividade.

Reunião de

12 SET. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 7



A declaração de interesse municipal será condicionada:

- À observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, à reformulação do edificado existente que deverá ser delineado, executado e mantido de forma que contribua para a dignificação e valorização estética do conjunto onde se integra. Não poderão manter-se quaisquer construções suscetíveis de comprometer, pela localização, aparência ou proporções a beleza da paisagem;
- À criação de uma barreira arbórea, a requalificação do edificado existente e a existência de infraestruturas;
- Ao cumprimento da demais legislação, normas e regulamentos técnicos e urbanísticos aplicáveis, a verificar aquando da apresentação do respetivo procedimento de controlo prévio, nos termos do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação;

Conclusão / Proposta

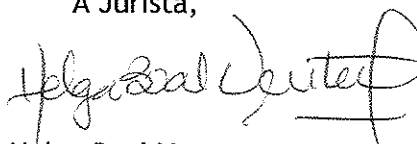
Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do **Gabinete de Apoio Empresarial**, do **Gabinete do Plano Diretor Municipal** e de acordo com a **informação técnica da Divisão de Gestão e Licenciamento, de 27.07.2017**, plasmada no SM/17/2016, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal para que, em caso de concordância:

Seja o presente processo remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações da requerente, **António Mateus Jorge**, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

Sintra, 04 de agosto de 2017

A Jurista,



Helga Boal Ventura

Reunião de
12 SET. 2017

Doctoº Agendado com o
Nº 7

Documentação referente à **Proposta nº 747-P/2017**

Reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações –

António Mateus Jorge

<https://cloud.cm-sintra.pt/index.php/s/k8sWgXDmg5lLxKK>